

EDUCAÇÃO POPULAR E INSUBORDINAÇÃO CRIATIVA: UM CONTRAPONTO À VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DA PRÁTICA EDUCATIVA DOMINANTE.

Paulo Roberto da Silva Moreira ¹
Letícia Ewellyn Santos Ribeiro ²

INTRODUÇÃO

O processo educativo é marcado historicamente e visa alcançar determinados objetivos em termos de domínio de conhecimento, hábitos, habilidades. A problemática é, ao ter esse objetivo, gera um processo educativo onde a imposição se torna a prática comum. Essa imposição é manifestada em vários aspectos, mas, essencialmente, em um sistema de ensino unificado. Nessa unificação, executa-se uma visão pedagógica apenas transmissiva onde o educando é apenas um receptáculo de conteúdo. Não há espaço para a contextualização do conteúdo ou mesmo da reflexão sobre o perfil dos educandos. Ao unificar, se impõe. Uma unificação forçada a um público que é naturalmente divergente, múltiplo. A esses instrumentos de imposição ou de legitimação são denominados de Violência Simbólica, conforme o sociólogo Pierre Bourdieu.

O objetivo desse estudo é realizar uma reflexão em que medida a Educação Popular pode ser considerada como uma manifestação de Insubordinação Criativa em relação ao método pedagógico dominante de ensino com sua violência simbólica impositiva e de caráter opressor de individualidades, tornando o ensino ainda mais danoso a grupos excluídos e marginalizados do processo produtivo da sociedade. Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica e os autores FREIRE (1996), D'AMBROSIO e LOPES (2015) e BOURDIEU (1989) como referencial teórico para a sistematização dos estudos. Desse modo, observa-se que as práticas e metodologia da Educação Popular e da Insubordinação Criativa possuem elementos similares nos processos educativos. O que se permite concluir que há elementos da Insubordinação Criativa na visão de prática pedagógica da Educação Popular tornando-se um importante contraponto como diminuidor, ou até anulador desse processo opressor de violência simbólica na educação em larga escala.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para alcançar o objetivo dessa reflexão, será utilizada como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica. Dentre os autores que dão suporte a esse estudo, destacam-se: FREIRE (1996), D'AMBROSIO e LOPES (2015) e BOURDIEU (1989).

Nessa perspectiva, levando em consideração o objetivo da reflexão, considera-se que:

a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. (SEVERINO, 2007, pág. 122).

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC, pr.dsm@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC, leribeiroufc@gmail.com;

Dessa maneira e para fins de sistematização o trabalho está organizado em Introdução, Desenvolvimento, Resultados e Discussão, Considerações Finais e Referências.

DESENVOLVIMENTO

O modelo de sociedade dominante na contemporaneidade está inserido no modo de produção capitalista. Logo, os processos educativos estão inseridos num contexto econômico, político, cultural sob a visão de mundo capitalista.

A mundialização dessa visão de mundo mudou as formas de produção, reprodução e elaboração de modos de agir/pensar/sentir em função de um novo contexto de interesses políticos, culturais, econômicos e afetivos (Sales, 1999). Portanto, novas habilidades por parte dos educandos e futuros trabalhadores, numa visão utilitarista capitalista, são requeridas e a educação entra como ferramenta para moldar os novos perfis de trabalhadores.

A escola é o braço principal para a execução e reprodução desse modelo que ajuda aos atuais detentores dos bens, informações e poder a terem ainda mais controle sobre os educandos em formação. Pois no modo de produção capitalista a energia gerada no processo formativo é em direção à padronização e a adaptação das pessoas à reprodução do sistema.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu denominou esse processo de disseminar um padrão único de ensino atuando como um componente importante de manutenção social, e que tem o modelo da classe dominante como o mais “culto”, de Violência Simbólica. Ela é violenta, pois é impositiva e não considera os saberes pré-existentes dos educandos e é simbólica, pois é exercida e legitimada de várias maneiras subjetivas. Dos pequenos atos aos mais evidentes dentro do sistema de educação. Desde o tratamento do professor em relação ao aluno como também no currículo e conteúdo programáticos que não consideram as várias formas de aprender e compreender o mundo. Ou seja, impõe de modo simbólico. Lembremos que é no campo simbólico que atua a cultura e onde é exatamente trabalhada e modificada ao ponto de se tornar normalizada, internalizada as imposições das culturas dominantes.

[...] instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra [...] dando o reforço da sua própria força que as fundamenta e contribuindo assim, [...] para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989).

A sala de aula torna-se, então, uma reprodutora das relações do mundo do trabalho, e como tal, de dominação, pois a representação social seria reafirmada constantemente. Nessa perspectiva, a violência simbólica passa quase despercebida no dia a dia, como nos hábitos ou costumes da sociedade através de padrão único de ensino, conforme já comentado.

Esse contexto é, sem dúvidas, propagador de desigualdade. Naturalmente, há processos educativos que quebram essa lógica formativa padronizadora e engessada de educar.

Freire (1987) diz que o professor, sujeito de sua autoformação, encara moldes tradicionais e autoritários no processo educativo que reforçam as desigualdades sociais. Nesta perspectiva, a Teoria da Insubordinação Criativa (T.I.C) surge como uma alternativa para que o professor reflita acerca de suas práticas pedagógicas resistindo e renovando frente ao cenário padronizado e rígido que as instituições de ensino impõe nos sistemas educacionais e por consequência nos agentes pertencentes a este sistema, sempre produzindo, alimentando e reproduzindo as normas padrões estabelecidas pelo Estado. Logo, considerarmos a T.I.C uma premissa que se atreve a criar e ousar na ação docente por ela decorrer do desejo de promoção

de uma aprendizagem na qual os alunos atribuem significados ao conhecimento. Assim, percebemos a relevância que se pode dar essa abordagem, quando se mensura aspectos à este modelo de educação, a saber Educação Popular. Para isso é essencial discutir este e outros aspectos necessários para fugir, evitar ou anular a violência simbólica que pode ocorrer desde a imposição dos materiais a serem trabalhados; a didática do profissional de educação e, de forma mais ampla, as matrizes curriculares para as salas de aula.

Dessa forma, a IC surge como um teoria que visa desburocratizar as normas, a fim de levar aos sistemas educacionais uma formação livre de imposições e de tradições autoritárias, além de auxiliar a transformação de uma educação de cima para baixo (vertical), em uma mais compartilhada (horizontal).

Dialogando com a perspectiva da I.C, a Educação Popular também resiste frente ao modelo educacional engessado que reproduz violências simbólicas, até na instância de democratização do conhecimento. Nesta vertente, a E. P. assume um papel formativo tão importante quanto a I.C.

A Educação Popular é uma proposta de ensino que considera, essencialmente, o respeito e valorização dos saberes prévios dos educandos. Ela difere de treinamento ou da simples transmissão de informações. É uma metodologia Dialética-dialogal-libertadora. Trata-se de uma educação com participação e comprometimento orientado a camadas populares, captando as suas demandas não apenas de modo burocrático e insensível, mas numa perspectiva de transformação social.

Quanto se estuda Educação Popular o nome de Paulo Freire precisa ser conectado, não como o criador, mas sim o que melhor trabalhou em prol desta educação que se propõe libertadora ao gerar reflexão a partir da realidade das classes populares, excluídas do modo de produção capitalista, mas com potencial latente para contribuir mais fortemente econômica, política e culturalmente à sociedade. Paulo Freire concebia a Educação Popular dentro da visão de uma educação para todos, onde vítimas da exclusão pudessem ter a chance de se reconhecerem como seres com potência para uma ação no mundo mais autônoma, numa ação-reflexão. Para esse pesquisador não é “no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (Freire, 1987, p. 44).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em vários momentos do nosso estudo temos feito referências à atenção aos saberes pré existentes do educando no processo de construção educativa do mesmo. A Educação Popular ao trabalhar sob o aspecto de ouvir a “voz” cultural de cada indivíduo ao entrar no processo formal de educação, demonstra em paralelo, uma clareza política dos educadores na elaboração de práticas educativas colaborativas onde o processo é dividido com os educandos através da práxis pedagógica. Na medida em que ela, conforme Freire (1989), se realiza no diálogo crítico entre educador e educando visando uma superação das condições opressoras, logo, uma ação revolucionária em sua essência.

Como a Insubordinação Criativa defende como premissa uma postura reflexiva, crítica e ética na prática pedagógica, ela possibilita ou exige para o perfil do educador uma capacidade de decisão, de tomar atitudes em sua prática, ou seja, que use de sua autonomia intelectual para exercer seu papel consciente em reconhecer as múltiplas formas culturais de seus educandos e que necessariamente necessitam de formas múltiplas de educação/didática/currículo.

Bem como afirma D’Ambrosio (1980), em que

Dessa forma, consideramos que exercer a autonomia seja envolver-se em um processo contínuo de descobertas e transformações das diferenças entre a prática cotidiana e as aspirações sociais de igualdade, justiça e democracia; de compreensão dos fatores que dificultam não apenas as alterações de condições sociais e institucionais do ensino, como também nossa própria consciência.

Dito isso, fica clara a relação da metodologia e visão de Educação da Educação Popular e o método da Teoria da Insubordinação Criativa como contraponto ao modelo hermético e podador de subjetividade do modelo de educação tradicional dominante disponibilizada e, como tal, produtora de violência simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática mostra que a atual estrutura de organização da educação em larga escala cumpre um papel intencional na formação dos educandos, pois está influenciada politicamente a partir de uma visão de educação formadora de indivíduos/trabalhadores submissos e desinformados de sua realidade. Logo, que tipo de sucesso terá uma prática educativa que negue marcas como as de etnia, geração, gênero, e as demais problemáticas do cotidiano?!

Interessante seria compreender que a formação do indivíduo vai além da sala de aula, isto é, duas pessoas advindas de realidades parecidas terão formações específicas, considerando que cada formação é feita de forma singular dentro de suas pluralidades. Pensando nisso, faz-se necessário que haja uma reflexão acerca de como o nosso processo educativo é conservador e violento ao impor modos de viver padronizantes e totalmente desconectados dos modos de sentir/pensar/agir de outras pessoas e/ou grupos que possuem marcas biológicas e culturais diferentes.

Torna-se, portanto, imperativo a constante reflexão do modelo de educação que queremos. Para onde devemos caminhar como sociedade? A educação, na perspectiva libertadora, impõe uma leitura de mundo coletiva, logo, carrega consigo o intercâmbio de culturas e saberes múltiplos geradores de desenvolvimento coletivo.

Tais reflexões trazem contribuições no sentido de potencializar processos de conscientização e participação destes grupos de pessoas das classes populares, historicamente excluídas e injustiçadas, ao criticar os fatalismos da ideologia dominante com sua violência simbólica e passar a vislumbrar alternativas de mudança e de melhoria para suas vidas se utilizando de elementos da Insubordinação Coletiva através da Educação Popular.

Palavras-chave: Educação Popular, Insubordinação Criativa, Violência Simbólica, Estado.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, v. único.

D'AMBROSIO, Beatriz Silva and LOPES, Celi Espasandin. **Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático**. *Bolema* [online]. 2015, vol.29, n.51, pp.1-17. I

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<https://onlinecursosgratuitos.com/17-livros-de-paulo-freire-para-baixar-em-pdf-livros-depedagogia/>>. Acesso em: 02/06/2019.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, p.10-32, dez. 2012. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/3909/2386>>. Acesso em: 17 jun. 2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.